

1 **Aos treze dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas da manhã,**
2 **reuniram-se de modo on-line para a segunda reunião ordinária do Conselho Estadual de**
3 **Cultura (CONSEC)** os seguintes conselheiros: João Evaristo Debiasi (presidente do CONSEC e
4 secretário da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura), Luciana Casagrande Pereira
5 Ferreira (superintendente da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura), Allan Rogério
6 Gaitarosso (macrorregião Noroeste), Anna Paula Zetola (FIEP), Caetano Pires Tossulino
7 (Manifestação Populares, Tradicionais e Étnicas da Cultura), Dheferson dos Santos Ferreira
8 (macrorregião Oeste), Deivid Carlos Santos Lima (Literatura), Eder Fernando Nascimento
9 (SEED/PR), Elietti de Souza Vilela (SEEC/PR), Giovanni Amaral Cosenza (Teatro), Giovanni
10 Comodo (Audiovisual), Gilmara Gastaldon Piantá (macrorregião Litoral), Harrison Camargo
11 (macrorregião Litoral), Hércio Luiz Wendler Kovaleski (macrorregião Campos Gerais), James
12 Rios de Oliveira Santos (Universidades Estaduais do Paraná), Joaquim Rodrigues da Costa
13 (macrorregião Oeste), Laércio Lopes de Araújo (SEFA/PR), Leonardo Franceschi Ferreira
14 (Música), Mariana Souza Bernal (CAC/SECC/PR), Maristela Massaro Carrara Bruneri
15 (SESC/PR), Norbert Heinz (macrorregião Centro-Sul), Paulo Roberto de Oliveira Reis
16 (Universidades Federais do Paraná), Pedro Augusto Pereira Gonçalves (macrorregião
17 Curitiba e Região Metropolitana), Rafael Torrente (macrorregião Noroeste), Rosane
18 Kaminski (Audiovisual), Silvio Kurzlop (Macrorregiões Curitiba e Região Metropolitana),
19 Solange Cristina Batigliana (Patrimônio Cultural), Soraya Lucas do Amaral (macrorregião
20 Nordeste), Thatianne Andrea da Silva (Audiovisual) e os convidados: Aldo Valentim,
21 secretário nacional de Economia Criativa e Diversidade Cultural e Guto Silva, secretário
22 chefe da Casa Civil do Estado do Paraná. Também participaram os técnicos da SECC: André
23 Avelino da Silva, Christianne Lunardelli Salomon, Danielle Soares Brito, Danilo Peres Buss,
24 Edson Graf e Luiz Gustavo Vilela Teixeira. O secretário e presidente do CONSEC não
25 conseguiu comparecer ao início da reunião e, conforme resolução nº 023/2020, a
26 presidência coube à superintendente Luciana. Ela cumprimentou a todos, fez a chamada
27 nominal dos presentes na reunião e realizou a leitura da pauta, sendo: Homenagens aos
28 falecidos conselheiro Fernando Rohnelt Durante e excelentíssimo deputado Rubens
29 Recalcatti; Perspectiva e possibilidades dos recursos da Lei Aldir Blanc em 2021; Aprovação
30 das atas e orientações para uso do e-Protocolo para realização das assinaturas de
31 resoluções e atas; Apresentação da plataforma de streaming – PR Cultural; Pacote de
32 medidas ao setor cultural com recursos do Governo do Estado; Festival Viva Paraná;
33 Apresentação do Ciclo de Diálogos com os municípios; Informes sobre a eleição
34 complementar do CONSEC; PL 669/2020 – Uso do potencial construtivo para a preservação
35 do Patrimônio Cultural; Informes gerais e outros temas (ofício do Grupo Coragem e
36 Denúncias sobre a Lei Aldir Blanc – LAB). O conselheiro Hércio solicitou ordem,
37 cumprimentou a todos e realizou um encaminhamento para votação, em primeiro lugar,
38 pela retirada da pauta da questão das atas. Ele sugeriu que seja este item realizado em
39 uma reunião extraordinária agendada para o dia 20 de abril de 2021, junto com o tema das
40 bolsas, e sugeriu uma inversão da pauta. Tratar as denúncias sobre a LAB num primeiro
41 momento. Luciana informou que na tarde anterior à presente reunião recebeu um e-mail
42 do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões – SATED, com a
43 solicitação para que seja item de pauta e isso seria realizado. Ela explicou que antes
44 acontecerá a homenagem e a agenda programada previamente com o secretário Aldo
45 Valentim. Luciana compartilhou que havia a sugestão de alteração na pauta para não tratar
46 das atas, para que houvesse mais tempo para discussões. O conselheiro Hércio informou

47 que realmente a reversão ocorre no momento das atas. No primeiro item da pauta, deu-se
48 início às homenagens ao falecido conselheiro Fernando Rohnelt Durante e ao
49 excelentíssimo deputado Rubens Recalcatti. No momento foi realizado respeitosamente um
50 minuto de silêncio para ambos. O segundo item da pauta foi a perspectiva e possibilidades
51 dos recursos da Lei Aldir Blanc em 2021. Luciana manifestou o enorme prazer e agradeceu a
52 oportunidade de um importante diálogo entre o secretário e o Conselho Estadual de
53 Cultura do Paraná. Com a fala, o secretário Aldo Valentim agradeceu o convite de todos,
54 parabenizou o trabalho da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura do Paraná, na
55 condução das ações culturais e da Lei Aldir Blanc. Felicitou todos os conselheiros pelo
56 trabalho árduo, que representa diversas camadas da população paranaense e interesses da
57 sociedade. Valentin atualizou a todos os presentes sobre o andamento da Lei Aldir Blanc,
58 informou estar na etapa final de tramitação do decreto e explicou que foi um processo
59 reiniciado em janeiro. Ele citou o entendimento de que toda a equipe econômica, entre eles
60 Secretaria do Tesouro, Procuradoria-Geral da Fazenda e gabinete do ministro da Economia,
61 para analisar a situação da Lei Aldir Blanc. Na visão da Economia, os recursos já tinham sido
62 repassados no ano de 2020, pela compreensão do inciso III, que exige não só o repasse de
63 recurso, mas a organização e confecção de um produto cultural e sua consequente
64 prestação de contas. Disse que, com a necessidade de ampliação do prazo, foi realizado
65 todo esse entendimento com as áreas técnicas da Economia e na última etapa, após um
66 consenso, foram realizadas reuniões com a Controladoria-Geral da União – CGU e Tribunal
67 de Contas da União – TCU. O secretário contou que na semana anterior foi comentado que
68 a Lei Aldir Blanc estaria dentro dos recursos que foram liberados de prevenção e suporte
69 aos estados e municípios durante o período de pandemia. Ele informou que são duas áreas
70 no TCU que auditam ou opinam a respeito desses recursos financeiros e, após sua
71 aprovação, foi iniciada a nova tramitação do decreto. Ele estimou que a publicação deve
72 acontecer nos próximos dias, com o aval de todo o Governo Federal e para que haja
73 segurança necessária para os gestores estaduais e municipais no processo de prorrogação
74 desses prazos de prestação de contas dos entes para a União. Valentin citou também o
75 envio das orientações nas prestações de contas para todos os entes, através de
76 comunicados, e esclarecimentos de dúvidas dos procedimentos, para que os Estados e
77 Municípios possam realizar suas organizações. O secretário informou estar sendo tratado o
78 relatório de auditoria que o Tribunal de Contas da União – TCU, já foi finalizada a primeira
79 etapa da Lei Aldir Blanc e, possivelmente, iniciarão as recomendações do Tribunal de
80 Contas aos entes. Valentin citou outras questões, tais como os pontos de Cultura, os
81 estados que estão com recursos em conta, os ajustes que estão feitos e as exigências do
82 Tribunal de Contas a serem cumpridas para liberação de parcelas. Segundo ele, esse é o
83 panorama da Secretaria Especial da Cultura e da sua área na Secretária de Economia
84 Criativa e Diversidade Cultural, e finalizou a fala. Luciana informou que os conselheiros
85 estão com algumas dúvidas e perguntou a Aldo Valentim sobre a possibilidade de
86 responder. O conselheiro Leonardo perguntou como seria realizada a inscrição para fala e
87 Luciana informou ser via chat da reunião. O conselheiro Alan cumprimentou a todos e
88 questionou se o recurso utilizado na Lei Aldir Blanc foi o contingenciado no Fundo Nacional
89 de Cultura. O secretário Aldo informou a necessidade de ser bastante pragmático, pois há
90 algumas questões no orçamento, como o teto de gastos em 2018 que limita o orçamento
91 da União a um montante de acordo com a inflação. Segundo o secretário, não se pode
92 aumentar as despesas em relação às receitas do ano anterior. Basicamente é esse o cálculo,

93 mais inflação. É um ponto importante para entendimento da dinâmica, pois essa é a mesma
94 discussão em relação ao orçamento do Governo Federal de 2021. Sobre o dinheiro
95 represado no Fundo Nacional de Cultura, pode até contabilmente existir, mas a permissão
96 de uso precisa estar contida dentro da programação de utilização, ou seja, dentro do teto
97 de gastos. O orçamento fiscal funciona dessa forma: os fundos são contábeis, com contas e
98 receitas específicas, e há o depósito do dinheiro para uso em fins específicos. Contudo,
99 apesar do estado de pandemia, pelo decreto legislativo, foi utilizado para cumprir
100 obrigações do processo de pandemia. Explicou que apesar desse momento difícil, o
101 restante necessita continuar funcionando. Não se retira o dinheiro do custeio ou de outros
102 pontos para se utilizar na pandemia. Diante disso, segundo ele houve a criação de uma
103 espécie de orçamento paralelo, e explicou que no ano de 2020 foi trabalhado com dois
104 orçamentos. O fiscal normal que ocorre o ano todo e um com todas as despesas para
105 cumprir as necessidades decorrentes da pandemia: para Saúde, Infraestrutura e a Lei Aldir
106 Blanc. Foi realizado por meio de créditos extraordinários dentro do orçamento paralelo,
107 visto que o orçamento da Cultura não chega a R\$ 1 bilhão. Diante disso, houve uma criação
108 da emenda institucional que trata do orçamento paralelo, local onde os recursos da Lei
109 Aldir Blanc ficaram. A liberação dos recursos foi por meio de um crédito extraordinário, que
110 necessita ser gasto em alguma conta do governo. A conta utilizada foi do Fundo Nacional de
111 Cultura, por ser de fácil operação. O secretário finalizou explicando que o controle do
112 recurso precisa ser analisado dentro de todas as demandas dos órgãos de controle. O
113 conselheiro Leonardo cumprimentou a todos e todas, reforçou a fala do secretário Aldo
114 quando cita que foi realizada uma articulação financeira, justamente para facilidade no
115 acesso dos recursos, e lembrou que no início do ano passado foi aguardado um decreto
116 federal para regulamentar a distribuição dos recursos. Leonardo explicou sobre a
117 possibilidade de haver um decreto estadual que pudesse dar uma autonomia para o Estado
118 gerir esse dinheiro e a intenção de facilitar sua distribuição. Ele questionou se nessa
119 segunda edição da liberação do recurso financeiro, visto que sobraram 85% dos recursos,
120 haveria a possibilidade de trabalhar num decreto para regulamentar um processo mais
121 simplificado que o anterior. Ele apontou como problemas o excesso de burocracia com a
122 cobrança de certidões negativas e a exigência de currículo, pois houve o entendimento de
123 que a lei não é necessariamente para produções culturais, mas sim assistencial de
124 emergência. Leonardo questionou qual a autonomia do Estado para a definição da maneira
125 de utilização dos recursos. O secretário Aldo informou que há necessidade de entender o
126 papel de cada ente. Quando citou sobre a prorrogação na prestação de contas, trata-se
127 daqueles que empenharam e se inscreveram em restos a pagar em 2020. Ele relatou que
128 enfrentou uma discussão pesada na Economia, dando como exemplo uma prefeitura que
129 recebeu o recurso financeiro e não empenhou, e informou que precisou explicar a
130 dificuldade. Por ser um período eleitoral, pandemia, entre outros, o decreto de prestação
131 de contas é um tema. O saldo nas contas e seu uso é outro debate justamente porque a
132 Economia não quer nesse ano trabalhar com orçamento paralelo. Aldo citou que o
133 secretário Mario Farias e o ministro já realizaram o encaminhamento para utilização dos
134 recursos financeiros, frisou a importância em ouvir o Ministério da Economia e o TCU para
135 verificar seu entendimento. Segundo ele, a organização para uma regra aplicada em um ano
136 se repetir no próximo envolve burocracia de leis e regras que precisam ser obedecidas.
137 Informou sua experiência em prefeitura e coordenação como subsecretário estadual do
138 governo de São Paulo, que lança quantidade significativa de editais (foram 45), e lembrou

139 como foram realizados. Ele frisou a impossibilidade de dar tempo, pois todas as cidades que
140 tentaram diminuir o prazo de edital sofreram processo de judicialização. Por ser uma lei
141 emergencial que coloca editais como forma de distribuição de dinheiro, não há a
142 possibilidade de liberação em menos de três meses. Ele destacou que lei não traz exceção.
143 O secretário lembrou que foi pactuado, no processo de regulamentação com os fóruns dos
144 municípios, fórum dos prefeitos e fórum dos secretários dos estados, o modo de
145 distribuição e a responsabilidade dos incisos, também há o critério do melhor instrumento,
146 forma e a autonomia dos entes. No entanto, Aldo destacou que se deve obedecer ao que
147 outras leis exigem porque a Lei Aldir Blanc não cita para não seguir a Lei 8.666/1993, não
148 consta que o ente tem que citar ou não a certidão negativa. A lei não entra nesse mérito e,
149 diante disso, pressupõe-se que devem ser seguidos os ritos exigidos em cada instrumento
150 que for escolhido. O secretário relembrou o conselheiro Leonardo que caso os ritos não
151 sejam seguidos, a responsabilidade fica para o gestor público e não é tão simples de chegar
152 nesse consenso. Ele esclareceu que resolvidas as questões da Lei Aldir Blanc com a CGU,
153 chega-se à leitura e às interpretações de normas favoráveis. Aldo relembrou o caso de um
154 Estado que não lançou um edital e parte não foi empenhada no ano de 2020, mas o
155 compartilhamento da responsabilidade se dá para quem assina o parecer, ao ordenador de
156 despesas. Por isso muitos gestores não conseguiram um parecer mais razoável com seu
157 jurídico. O secretário frisou a importância do entendimento na hipótese de que esses
158 recursos que estão na conta sejam utilizados no ano de 2021. As regras na lei são claras e
159 não foram alteradas: a responsabilidade é do ente municipal e estadual em escolher o
160 melhor instrumento. Ainda que não seja uma lei de produção, foi tratada dessa maneira e
161 não compete ao Governo Federal. Aldo explicou que é inviável mudar via decreto o que
162 está na lei e citou que basta verificar em editais que o número de inscritos e contemplados
163 é o mesmo. Sem a necessidade de utilizar o método de concurso, poderia ser realizado um
164 credenciamento de fluxo contínuo, mas se o gestor local não lembrou, pesquisou ou não foi
165 orientado, ou seu jurídico não achou seguro, o Governo Federal não pode determinar como
166 será feito, pois quem assumirá a responsabilidade perante o TCU e tribunais locais será o
167 gestor local ou ordenador de despesa. O conselheiro Leonardo informou que a pergunta foi
168 realizada com o intuito de viabilizar que esses recursos alcancem a quem realmente precisa
169 e verificar quais seriam as condições necessárias. O conselheiro citou que se referiu à
170 autonomia do Estado ao tentar se aproximar o máximo possível dos trabalhadores de
171 Cultura. O secretário esclareceu que a autonomia está na lei, visto que o critério e a
172 definição são do ente, portanto os riscos serão medidos localmente. Ele lembrou que os
173 locais que tentaram diminuir os prazos tiveram judicialização dos próprios artistas e do
174 setor cultural. Aldo destacou a importância de o gestor local necessitar e pensar em várias
175 situações existentes e não consegue ver a possibilidade de utilização dos recursos
176 disponíveis nas contas para produto, pois se cria uma temporariedade desnecessária e uma
177 série de situações. Resumiu que é necessário pensar na responsabilidade do gestor e do
178 próprio artista. O conselheiro Hélcio cumprimentou os presentes e lembrou o
179 apontamento do conselheiro Alan sobre a origem do recurso financeiro. Hélcio citou os
180 valores e destacou que embora a Lei Aldir Blanc seja analisada no inciso III do Art. 2º – a
181 questão do fomento –, lembrou que os conselheiros apontavam no decorrer de 2020
182 que, na verdade, esse inciso é frágil e no Paraná não deu certo. O conselheiro descreveu
183 que dos R\$ 73 milhões, sobraram R\$ 55 milhões. Com a reversão dos municípios de R\$ 3
184 milhões, um total de R\$ 68,643 milhões está disponível para a segunda etapa que está para

185 ser definida. Segundo Hécio, o Paraná ficou em antepenúltimo lugar no relatório do
186 próprio Ministério do Turismo, na faixa de 15% de uso dos recursos da Lei Aldir Blanc.
187 Partindo desse princípio e, como citado pelo secretário a respeito do repasse direto, Hécio
188 lembrou que foi discutida no ano passado a proposta de doação civil que cabe no inciso
189 III. Auxílio focado mais no trabalhador e não na produção, também como citado pelo
190 secretário. O conselheiro Hécio reafirmou a importância de rever essas questões, porque
191 foram alcançadas, segundo dados da própria secretaria, exatamente 2.148 pessoas. Ele
192 destacou que foi um número pequeno demais se for levado em conta o trabalho hercúleo
193 realizado pela própria secretaria. Deve ser relevado esse trabalho e, no seu ponto de vista,
194 é um problema de eixo que precisa ser definido na origem: o que fazer com esse dinheiro.
195 Ele concordou que no momento não se pode pensar em fomento e produção, em
196 decorrência do tempo. Hécio citou o caso de uma equipe inteira infectada pela Covid-19,
197 sendo que uma pessoa acabou falecendo em Curitiba. O conselheiro perguntou se haveria a
198 possibilidade, via decreto ou Governo Federal, de haver um ajuste, pensando no
199 trabalhador e não no produto. O secretário Aldo informou que os instrumentos estão na lei
200 e há os incisos I, II e III. O Estado inclusive pode a seu critério fazer algo similar ao inciso III.
201 Ao autorizar os recursos, o Governo Federal não determina o que o ente irá fazer com esses
202 recursos. Já está na lei e é necessário existir outra lei para mudar isso. Embora haja uma
203 dificuldade de tramitar um decreto de organização de prazos, o papel é seguir e orientar
204 conforme consta na lei. Ela estabelece que os entes vejam a melhor forma de distribuição
205 dos recursos, lembrando dos requisitos de prestação de contas e transparência que estão
206 na própria legislação, com aval e discussão dos setores jurídicos. O secretário lembrou
207 que não é competência da União determinar o que os entes realizam, mas sim repassar os
208 recursos e fazer a macrogestão. Segundo ele, o secretário Mario Farias tem ligado e
209 assistido todos os dias. Além disso, explicou que determinadas orientações não podem ser
210 induzidas, porque pode ser levado contra o ente no tribunal. Primeiro, é necessário resolver
211 a questão de quem assinou o contrato e o ajuste dos prazos. Depois, aguardar a
212 concretização dessa discussão com relação ao uso dos recursos em 2021. No momento está
213 nas mãos dos estados e municípios. Segundo o secretário, é preciso ter muita cautela com o
214 uso do recurso público, para não ser algo encarado como assistencialista, como uma
215 doação, que não seja necessário prestar contas. É preciso evitar riscos de judicialização,
216 CPIs locais, assuntos que podem inviabilizar até mesmo o uso do dinheiro. Ele frisou a
217 importância de olhar para todos os lados: os artistas precisam entender o gestor público e
218 vice-versa. Qualquer irregularidade ou qualquer coisa é o CPF, patrimônio, conta bancária e
219 casa do servidor público que ficarão bloqueados. O secretário frisou que são os gestores
220 municipais que enfrentam as dificuldades cotidianas dos impedimentos jurídicos e
221 recomendou que se mantenha a filosofia de saídas mais adequadas para o recurso chegar
222 mais rápido e fácil ao trabalhador da Cultura. Também deixou claro que é necessário
223 sempre lembrar das regras e leis dos órgãos de controles para que os próprios artistas não
224 tenham surpresas. Segundo ele sempre pode haver o julgamento de contas ou qualquer
225 outro tipo de situação, pois esse recurso financeiro está sendo olhado pelo Ministério
226 Público, Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas. Por ser repasse federal, há Tribunal
227 Estadual pois quem opera são os entes estaduais, TCU, CGU, Advocacia-Geral da União,
228 Ministério Público Federal, Câmara e Senado. O secretário voltou a destacar a importância
229 de refletir sobre todos esses órgãos, recomendou marcar uma reunião com a Procuradoria-
230 Geral e a área jurídica, com o Tribunal de Contas estadual e um órgão do Estado para

231 debater as ideias, ouvir sugestões e o operativo desses detalhes técnicos. O conselheiro
232 Hécio lembrou que originalmente na lei havia a seguinte divisão: inciso I para renda
233 emergencial a cargo dos Estados; inciso II para espaços culturais aos municípios; e inciso III
234 dividido entre estado e município. Hécio questionou como funcionaria tecnicamente essa
235 divisão aos municípios, porque o recurso foi revertido ao Estado. O secretário Aldo
236 esclareceu que enquanto não houver definição sobre o uso desse saldo preferiu não
237 opinar. Tecnicamente esse dinheiro deveria ter sido devolvido. Ele informou que há
238 algumas hipóteses, pois os recursos disponíveis pelo Estado e municípios precisariam ser
239 geridos conforme está na lei. A orientação não é passar dinheiro do fundo ao município
240 para que seja devolvido, pois tornaria a operacionalização demorada. O secretário explicou
241 que em termos de administração pública, o Estado está no mês de maio e informou que se
242 o recurso for mantido, acredita que a melhor hipótese seria o município executar dentro do
243 que a lei já estabelece. Ele pensa que a criação de outro mecanismo ou uma lei demandaria
244 mais tempo e explicou como seria se fosse criada uma lei ou um decreto. Aldo pontuou que
245 uma opção seria que se o dinheiro ficar na conta, o Estado iria redistribuir esses valores
246 para contemplar regiões e municípios que não usaram ou devolveram. Reiterou que há a
247 necessidade de haver uma discussão com o órgão gestor local e Tribunal de Contas Estadual
248 para orientação e procuradoria jurídica. São esses órgãos que irão ajudar o Estado e
249 municípios na organização. Nesse momento houve a leitura de um questionamento da
250 conselheira Soraya, realizado via chat. Segundo ela, a justificativa de tramitação engessada
251 e demora dos editais são os pontos que precisam ser revertidos, porque o formato não
252 atende a necessidade atual. O secretário respondeu que, com todo respeito à conselheira,
253 há a necessidade de mudança da Lei 8.666/1993. A conselheira Soraya respondeu que esse
254 é o momento de conversar justamente sobre o que a sociedade civil espera dos artistas. O
255 secretário Aldo destacou a importância do setor cultural para a discussão da nova Lei de
256 Licitação que foi sancionada. Ele lembrou que trabalha na gestão cultural há cerca de
257 vinte anos e escuta sempre o mesmo diálogo. Acredita que sem uma proposta por uma
258 licitação de Cultura, é necessário que haja o amadurecimento no debate. A conselheira
259 concordou com o secretário e informou que esse é o momento. Ela informou que,
260 aproveitando o resultado apresentado no Paraná, lembra que a luta para um novo formato
261 de editais que atenda o maior número de pessoas sempre é negada. Aldo esclareceu que
262 não há uma nova forma e contou que existe em estados por uma tradição histórica que
263 precisa ser entendida, por exemplo, São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. Há esse formato
264 de seleção sem ao menos existir a Lei 8.666/1993, e lembrou um acontecimento no
265 Estado de São Paulo. Ele informou que no Estado do Paraná essa tradição é recente e é
266 preciso haver discussão a respeito da lei. Informou também que é necessário ter o
267 entendimento de que não haverá uma lei específica para atender uma demanda do setor
268 cultural. O conselheiro Giovanni Cosenza pediu que não houvesse interrupções antes de
269 iniciar sua fala. Ele fez um pedido de desculpas, na presença do secretário Aldo, aos
270 trabalhadores e trabalhadoras de Cultura do Estado pela má gestão. Ele disse que sim, ela
271 ocorreu. O conselheiro informou ser acadêmico de Direito e produtor cultural, constatou
272 que na fala do secretário a justificativa do CPF ser questionável. Ao aceitar uma vaga de
273 gestor ou qualquer outra função inscrita pela pessoa, entende-se que ela está ciente de
274 seus deveres e obrigações, e acredita não ser de bom tom dizer “fiz o que pude”. Outros
275 estados com melhor desempenho que o Paraná foram criativos, com apoio do jurídico ou
276 não. Ele pontuou que o Estado do Paraná tem uma tradição de juristas de excelência e

277 sentiu vergonha ao ver o parecer de um procurador com a negação de doação civil.
278 Giovanni lembrou que durante a execução da Lei Aldir Blanc a superintendente Luciana
279 citou que seriam realizados esforços para que o recurso financeiro fosse todo gasto.
280 Parabenizou o Estado do Amazonas, que recebeu uma quantia maior e a executou muito
281 bem, chegando a 98%. São Paulo atingiu 88%, com o tamanho da população e as despesas
282 que teve. O conselheiro informou que faltam desculpas e diálogo entre os setores e
283 aguarda o secretário para futuros encontros. O conselheiro deseja poder sorrir e dizer que
284 o Paraná foi o terceiro melhor e não o pior. Prosseguiu citando Raymond Williams, um dos
285 filósofos de Estudos Culturais: “Há duas formas de classificar a Cultura, uma de forma
286 antropológica, objeto e matéria, e outra simbólica”. Segundo o conselheiro, hoje no Paraná
287 há mortes por tentativa de execução de editais, e uma demonstração de que 85% dos
288 recursos ficaram parados. Completou que de símbolo ficam as mortes, a má execução e a
289 dor no peito de saudade e tristeza. O conselheiro finalizou perguntando como foi realizada
290 a recepção da doação civil pelos Estados do Maranhão e Ceará, e o parecer do Tribunal de
291 Contas da União. Segundo Giovanni estes estados receberam um processo de judicialização
292 necessário e de caráter público. O Secretário Aldo questionou o status do conselheiro no
293 Direito e o conselheiro informou estar no oitavo período. Respondeu ao conselheiro que o
294 Tribunal de Contas julga as contas dos recursos da União e há etapas, conforme consta na
295 lei. Segundo o secretário, não é possível julgar as contas ainda, porque o processo está na
296 etapa de negociação de prorrogação de prazos para que o ente preste contas à União. Ele
297 informou que, diante disso, o Tribunal de Contas ainda não realizou análise sobre os editais
298 e as atividades do Estado. Segundo o secretário, foi feita apenas uma auditoria – no que se
299 refere ao trabalho realizado pela Secretaria Especial de Cultura do Ministério do Turismo –
300 nessa primeira etapa de repasses. Houve orientações de implementação da Lei Aldir Blanc e
301 citou que a gestão de judicialização de determinados entes, com relação a prazos, é
302 perfeitamente natural diante do tempo necessário para os convencimentos dos pares e os
303 próprios órgãos de controle. Explicou que a decisão de Justiça cabe a execução e não irá se
304 opinar sobre o que for decidido por algum órgão da Justiça. O secretário afirmou que em
305 relação aos tramites internos da Lei Aldir Blanc, a relação entre Estados e Municípios é
306 cordial, de respeito, orientação e sem imposição. Ele reafirmou que é a lei que determina
307 como deve ser realizado, e como o conselheiro é acadêmico de Direito tem esse
308 conhecimento. Explicou que não é sempre que as pessoas ficam satisfeitas com um parecer
309 jurídico, mas é preciso respeitar. O secretário citou que seus familiares atuam na área da
310 Cultura e, segundo as pessoas que são responsáveis por orientação aos aspectos da
311 legislação, é a função do procurador evitar possíveis problemas acarretados por essa falta
312 de orientação. Aldo refletiu que tem quase dez anos de função pública e sempre realizou o
313 melhor no seu trabalho, explicou que não é apenas o CPF do servidor, mas também do
314 artista que pode ter problemas por uma falta de orientação, visto que é uma cadeia de
315 responsabilização. A conselheira Solange Batigliana cumprimentou os presentes, informou
316 que quando solicitou sua inscrição havia uma ideia diferente de fala, mas lembrou
317 principalmente da questão apontada pela conselheira Soraya. Ela refletiu sobre o foco da
318 discussão e preocupação não será uma pergunta, porque o secretário presente tem
319 esclarecido sobre essa questão da administração pública que trabalha com a legislação
320 existente e, talvez, seja o foco que esse Conselho tem que seguir e debater. Solange
321 lembrou as discussões realizadas no ano passado e nesse momento, sobre a bolsa de
322 doação civil. Ela citou a legislação existente no município de Londrina, onde há um processo

323 para edital de bolsas e no estado do Paraná não há. Completou que mesmo a bolsa ainda
324 não atende o que a conselheira Soraya pontua, visto que ela tem uma vivência da
325 dificuldade que a sociedade tem em receber recursos, mas será resolvido apenas com a
326 união de todos. Solange acredita que esta questão não será resolvida para esse recurso
327 remanescente e informou ao conselheiro Giovanni Cosenza que, por ser servidora pública,
328 participou ativamente do processo na cidade de Londrina para que pudesse executar os
329 recursos vindos. Solange lembrou um episódio ocorrido com ela que, ao trabalhar no final
330 de semana, está respondendo na corregedoria do município. Ela frisou que a administração
331 pública trabalha com a legislação e infelizmente não é sempre que atende a ponta (o
332 trabalhador de Cultura). Solange enfatizou que as reuniões do conselho municipal também
333 foram sobre a flexibilização e depois de muito diálogo com a procuradoria, foi realizado um
334 edital de credenciamento com inexigibilidade que acarreta várias documentações e é
335 preciso resgatar a Lei 13.018/2018, que trata sobre a legislação de pontos de Cultura.
336 Solange lembrou que o sistema facilitado de editais necessita ser retomado e só será
337 realizado se todos trabalharem em um único sentido: orientado para atender o artista, que
338 necessita do fomento. Solange explicou que na situação atual a legislação é dos anos 1990 e
339 sugeriu ao Conselho que o Estado do Paraná busque um mecanismo para facilitar o acesso
340 com respeito à lei. Ela lembrou que o recurso financeiro é público e, portanto, há
341 consequências. Solange pontuou os esforços que precisam ser realizados na legislação,
342 destacou o apontamento do secretário Aldo do que está sendo realizado e quem está na
343 gestão precisa cuidar daquele que é o usuário, sem dar informação não adequada. Solange
344 lembrou que o processo é complexo e citou que a Lei Aldir Blanc foi um grande repasse
345 de recursos, mas em um momento complicado, pelas eleições municipais e as dificuldades
346 dos gestores na execução. Solange finalizou agradecendo o secretário Aldo e compartilhou
347 seus apontamentos ao Conselho e à Secretaria de Londrina na colaboração para resolver
348 dúvidas. O conselheiro Dheferson cumprimentou os presentes, informou ser da
349 macrorregião Oeste, onde estima ser o local onde há mais cidades pequenas no Estado do
350 Paraná, informou ter vivenciado uma realidade diferente do esperado, frisou a necessidade
351 dos municípios de pequeno porte, pontuou sobre o recurso financeiro atenda a sociedade.
352 Dheferson refletiu sobre a dificuldade do sistema por sua natureza tão burocrática e o
353 tempo tão curto para uso do dinheiro. Dheferson citou um trecho que consta no relatório
354 do projeto de Lei 795/2021 do senador Wellington Fagundes sobre a Lei Aldir Blanc, em
355 relação aos prazos, refletiu que há modelos e formatos, mas questiona como atingir a
356 ponta. O conselheiro destacou que algumas soluções foram informadas e realizou um
357 apontamento a uma fala do conselheiro Hélcio: atualmente na macrorregião Oeste alguns
358 artistas estão se formalizando, mas muitos são informais, sem registros, sem o
359 conhecimento jurídico e técnico. O conselheiro compartilhou o receio dessa classe de não
360 receber o recurso por causa da informalidade, citou o caso dos MEI, artistas sendo
361 generosos com outros, com relatos de gente que está passando fome. Dheferson sugeriu a
362 necessidade de regularizar os artistas de cada cidade e refletiu sobre a necessidade de se
363 discutir novamente sobre a bolsa da doação civil. Ele contextualizou o apontamento da
364 conselheira Soraya, via chat. Segundo ele, ninguém está pagando os MEI por causa da
365 informalidade. Dheferson solicitou integração e envolvimento para que aconteçam mais
366 reuniões, compartilhou as demandas da sociedade civil para verificar se haverá ou não o
367 recurso e suas respostas muitas vezes são de que não há retorno ou definição concreta. Ele
368 informou que entende as questões administrativas de cada município e fez o apelo para

369 que exista o recurso e uma explicação de como será realizado. O conselheiro lembrou o que
370 já foi proposto em várias regiões e outros Estados já aderiram à bolsa de doação civil.
371 Questionou quais os motivos para o Estado do Paraná não realizar e concordou em pensar
372 no coletivo e o que será feito para que isso aconteça. Dheferson citou que em seu
373 município também houve a contaminação pela Covid-19 quando os artistas estavam
374 realizando as gravações para a Lei Aldir Blanc. Sugeriu que talvez seja um recurso para a
375 prestação de contas e notas e frisou que no momento está sendo realizado virtualmente. O
376 conselheiro parabenizou principalmente a Secretaria Municipal de Cultura de Cascavel, que
377 realizou um excelente trabalho, mas que infelizmente não foi possível atender a todos. O
378 conselheiro finalizou descrevendo a junção entre a secretaria, sociedade civil e outros
379 setores para prestar um suporte a outros municípios. O conselheiro Joaquim cumprimentou
380 a todos, parabenizou a secretaria pelo convite ao secretário Aldo e sua apresentação.
381 Destacou que a fala foi bastante esclarecedora, apoiou a discussão da bolsa de doação civil
382 nesse momento e informou que o foco é a solução para que funcione. Joaquim questionou
383 sobre a possibilidade de propor um projeto para existir um acesso mais rápido aos artistas.
384 Ele acredita que as dificuldades enfrentadas pela cidade de Foz do Iguaçu e outros
385 municípios são justamente lutar contra uma burocrática existente em todo o Brasil e
386 pontuou que algumas localidades conseguem avançar, encontrar estratégias e
387 interpretações, inclusive dos jurídicos para conseguir seguir adiante. Ele defendeu uma luta
388 em prol de quem o Conselho representa para atender quem mais necessita, lembrando
389 sempre que muitos não têm acesso à internet. Joaquim reclamou que os editais colocados
390 com base na Lei 8666/1993 são complexos, mas têm que seguir as leis. Sugeriu que o
391 melhor seria encontrar uma forma de união no Paraná, apoiou o secretário quando cita a
392 reunião com os órgãos controladores e frisou os esforços do governo estadual para
393 encontrar um mecanismo adequado. Joaquim citou um desejo da sociedade civil e dos
394 gestores municipais em relação à dificuldade trazida pela Lei 8666/1993. O conselheiro
395 apontou da falta de atendimento à Cultura, de uma lei que pensada para o setor de
396 compras do Governo Federal, mas que atinge os outros entes. Joaquim pontuou que é uma
397 lei dura, drástica, que leva em consideração a Cultura da mesma forma que a compra de
398 cadeiras. O conselheiro destacou que a Cultura trabalha com um bem intangível, com
399 mecanismos humanos e é importante para a sobrevivência. Joaquim citou uma frase de
400 Antoine de Saint-Exupéry, comparou com a realidade e frisou a importância de pensar no
401 recurso de todos os entes, sem engessamento do sistema, em prol da criação de uma Lei
402 para a Cultura e finalizou com a colocação de duas propostas: uma sendo a união da gestão
403 do Paraná e sociedade civil e em busca do diálogo com os órgãos de controles, entre eles
404 Assembleias, Câmaras, Tribunais de Contas, PGE, PGM para encontrar textos de avanço
405 nesse momento de exceção; e a outra é justamente o levantamento de fóruns, para
406 fortalecer entendimentos e buscar a resolução de mecanismos que possam permitir o
407 gestor a trabalhar sem essa pressão o tempo todo. O conselheiro explicou que ao precisar
408 responder por algo, o artista precisa acessar editais de maneira menos burocrática. Citou a
409 França e a valorização da Cultura naquele país. Joaquim questionou a secretário se há
410 algum mecanismo a ser estudado, ou conhece alguma proposta no legislativo, para avançar
411 com leis específicas para a Cultura, sem depender exclusivamente da Lei 8.666/1993. O
412 secretário Aldo, informou ser pragmático nessas questões, pois escuta essas reclamações
413 desde o ano de 1997, quando começou a atuar próximo à administração pública. Segundo
414 ele, o tempo que se leva a discussão é o mesmo que se leva para aprender a realizar um

415 edital na internet e realizou uma reflexão com o conselheiro. Dentro da própria Lei
416 8666/1993, existem instrumentos e no inciso III da Lei Aldir Blanc já há diversas
417 possibilidades. Deu como exemplo cidades menores, citadas pelo conselheiro Dheferson,
418 em que não há tempo de regularizar, basta apenas que sejam trabalhadores de Cultura,
419 sem a necessidade de MEI, DRT. Só precisa estar em um cadastro de Cultura e se é uma
420 cidade de pequeno ou médio porte, é possível saber nominalmente quem são os artistas ou
421 espaços culturais, sem a necessidade de entrar na Lei 8.666/1993. Informou que as
422 autoridades estão na análise desses recursos remanescentes e frisou a importância de
423 pragmatismo. Em cidades menores, para sair da licitação, uma opção é realizar o
424 credenciamento e apenas pagar a todos. O secretário citou a manifestação para a não
425 prestação de contas e esse debate será continuado. Ele disse que é preciso ver como os
426 outros setores enxergaram essa questão e fez uma reflexão sobre a sensibilização do
427 parlamento, do Governo Federal. Sobre o crédito extraordinário, houve todo o esforço e
428 entendimento da sociedade de outros setores que poderiam reivindicar o mesmo
429 tratamento. Como há uma relevância no setor, há necessidade de apoio ao setor cultural. O
430 secretário completou esclarecendo que não se pode esquecer dos dados da realidade e
431 diante do uso do dinheiro no setor público, há necessidade de prestar contas. Pode ser
432 simplificada ou automatizada, mas é preciso ter a cautela e o pragmatismo. Aldo citou o
433 exemplo dos pontos de Cultura, os discursos com exemplo dos outros Estados, mas não a
434 discussão de uma Lei 8666/1993 específica para a Cultura, sendo que acabou de aprovar
435 uma revisão da Lei de Licitação. O secretário sugeriu organizar os instrumentos, a
436 prorrogação, os prazos de prestação de contas e análises para, assim que o decreto sair, já
437 poderá ser trabalhado. Ele salientou a necessidade de cuidado com aqueles artistas que
438 não querem prestar contas, pensando numa maneira de simplificar. Segundo Aldo, todos
439 entendem que não é toda a sociedade que concordou com o repasse para o setor artístico,
440 por isso é preciso tomar cuidado na forma de defesa que desse tipo de mudança, melhoria
441 e aprimoramento ocasionaria. Segundo ele, ao derrubar uma política pública que pretende
442 melhorar uma parte, era mais fácil aprender como usar a lei atual. Aldo frisou a importância
443 de entender os mecanismos legais compreender os porquês e onde transformá-los. A
444 conselheira Ana cumprimentou a todos, agradeceu a oportunidade de dialogar com o
445 secretário Aldo, questionou se há a possibilidade de utilizar esse recurso financeiro
446 remanescente para ser distribuído a todos os artistas do Paraná, sem edital de licitação –
447 algo que fosse o mais simples possível. Ela explicou a possibilidade de ser como foi no
448 auxílio do Governo Federal. O secretário esclareceu que o primeiro ponto é o uso desse
449 recurso que não foi empenhado, ainda não autorizado. Isso está em tratativa no âmbito do
450 Ministério da Economia e Tribunal de Contas. Segundo o secretário, por ser um orçamento
451 específico para cobrir as necessidades ocasionadas pela pandemia, há uma discussão sobre
452 a utilização desses recursos no ano de 2021. Ele refletiu que a lei extinguindo a
453 possibilidade de utilização dos incisos não veio por decreto. A ideia é permanecer essas três
454 leis. Sobre a questão do melhor caminho, disse que compete a cada ente realizar a sua
455 análise jurídica e operacional para ver a melhor forma de redistribuir. Se porventura for
456 autorizada a utilização desses recursos no ano de 2021, não compete ao Governo Federal
457 determinar. O que pode ser feito é, a partir de um acordo estabelecido de um fato – um
458 trabalho já realizado pela Secretaria de Estado ou consórcio dos municípios –, receber essa
459 consulta e organizar alguma forma de checagem, como é visto pelo Tribunal de Contas para
460 verificar esse entendimento. Ele orientou que os municípios precisam verificar boas práticas

461 jurídicas de editais com outras cidades, em comum acordo, e com a comunidade cultural.
462 Depois, chegar ao modelo e entrar em um diálogo de consenso. O secretário finalizou com
463 a explicação sobre o processo da responsabilização de sair o decreto. A conselheira Ana
464 apoiou o apontamento sobre as boas práticas e justificou que essa interação entre os
465 municípios ou Estados podem fazer o recurso chegar de maneira mais ágil aos artistas. O
466 conselheiro Hélcio insistiu, informou a pasta do secretário e sugeriu, como
467 encaminhamento, que apesar de todas as falas do secretário e demais conselheiros, é
468 preciso rever essas questões, por conta do grau de agressividade do vírus no momento. O
469 conselheiro garantiu que a lei permite essa questão e que é preciso um olhar com carinho,
470 uma nova proposta de reordenamento do uso desse recurso, vindo do Governo Federal. Se
471 estudar bem, ao menos um estudo disso, é possível fazer repasse direto ou doação civil. Ele
472 finalizou atestando que não dá para pensar no momento em auxílio via fomento. O
473 conselheiro Leonardo relatou que, como conselheiro, realiza diariamente vários
474 encaminhamentos e os mais presentes são os técnicos, trabalhadores de espetáculos, de
475 circos, os povos tradicionais, ribeirinhos, quilombolas, entre outros setores característicos
476 do nosso Estado. Ele citou que há várias práticas pelo Brasil todo e cita ser pertinente se
477 debruçar em um banco de ações com propostas que tiveram sucesso e atingiram êxito para
478 que consiga contemplar essa classe. Comentou sobre a visão financeira, que não há como
479 atendermos a todos se houver a exigência de certidões negativas. Leonardo sugeriu pensar
480 na entrega de certidões e produto cultural depois do recebimento e não no ato de
481 inscrição. Ele considera os Estados e municípios que utilizaram 5% da verba que a lei prevê
482 para trabalhar uma articulação, inclusive com o olhar para o interior do Estado. O
483 conselheiro destacou que houve uma eficiência significativa nas macros e cidades maiores,
484 mas poucas adesões. Ele comentou sobre a possibilidade da divulgação na estrutura dos
485 sistemas municipais pois acredita que a informação não chegou a quem mais precisa.
486 Leonardo parabenizou os esforços, que foram de maior ampliação, e que os recursos
487 tecnológicos não pertencem a todos. O conselheiro fez uma provocação: é preciso dialogar
488 com as cidades menores para estruturar os sistemas municipais para que tenham uma
489 noção para preparar a gestão no entendimento e conhecimento. Ele citou que todos estão
490 com base jurídica, mas acredita que o gestor necessita bater no peito. O conselheiro disse
491 que a dignidade humana é a que mais necessita entender a segurança jurídica e suas
492 consequências. Aldo esclareceu que o melhor critério do instrumento é do ente local,
493 baseado na sua legislação e no parecer jurídico do seu procurador, essa é a recomendação
494 e diálogo entre os órgãos controladores. Leonardo finalizou dizendo que fica à disposição
495 da área jurídica da Secretária Especial da Cultura, mas é preciso entender o papel de cada
496 ente. Luciana convidou a conselheira e secretária-geral Elietti para agradecer ao secretário
497 Aldo. Elietti agradeceu à Luciana por conceder a fala e, na sequência, ao secretário por
498 ouvir pacientemente as angústias do setor da Cultura e da sociedade civil, na gestão pública
499 de encontrar a melhor forma para que esse recurso chegue rápido para aqueles que estão
500 impedidos de executar seu trabalho. Elietti agradeceu também pelo esclarecimento do que
501 está atrelado ao texto da Lei Aldir Blanc, que não traduz, necessariamente, o que o setor
502 cultural demanda no momento. A conselheira entendeu que ficou claro que todos
503 necessitam construir alternativas, talvez dentro da própria Lei Aldir Blanc, para ser possível
504 ampliar essa cobertura. Elietti pontuou que ficou clara a necessidade de união para a
505 construção de uma lei específica que atenda o setor da Cultura e é oportuno encontrar
506 essas alternativas citadas para desenvolver um seminário de boas práticas e boas ideias

507 para futura implantação. A conselheira Elietti finalizou agradecendo mais uma vez a
508 participação do secretário, pela maneira elegante, gentil, ágil e competente que atendeu a
509 todos os questionamentos. O secretário Aldo parabenizou o trabalho dos conselheiros, das
510 secretarias estaduais e municipais e dos artistas. Ele repetiu que é preciso trabalhar em
511 conjunto para superar os desafios da Lei Aldir Blanc e em outras possibilidades no campo da
512 legislação que amplie e melhore o atendimento do Estado no setor cultural. O secretário
513 finalizou celebrando um abraço ao ministro Gilson Machado e ao secretário especial Mario
514 Frias, e fico à disposição do Conselho. Luciana agradeceu a presença do secretário Aldo,
515 informou que quando acabar a pandemia e optar por conhecer os pontos turísticos do
516 Paraná, entre eles Vila Velha, será muito bem-vindo. Dentre eles, s superintendente citou
517 as cidades de Colombo e Ponta Grossa. Dando prosseguimento à reunião, a presidente
518 sugeriu ser colocada em votação uma sugestão nova de pauta, proposta pelo
519 remanejamento sugerido pelo conselheiro Hércio. Ela propôs a realização de uma
520 reunião extraordinária para tratar a aprovação das atas. Luciana destacou a importância de
521 que as atas sejam aprovadas apenas durante a reunião e alterações devem ser direcionadas
522 por e-mail para a secretária-executiva do CONSEC, visto que os conselheiros têm os vídeos
523 para análise e lembrança, e os links já foram direcionadas aos conselheiros, juntamente
524 com as atas. Na reunião será realizado o registro da aprovação. O próximo tema a ser
525 tratado seria orientação para uso do protocolo para assinatura das atas e resoluções de
526 forma on-line, em função da prorrogação de uma nova reunião extraordinária. O Conselho
527 não vê a necessidade de o treinamento ser realizado na presente reunião e sugeriu que seja
528 realizado na próxima reunião. O conselheiro Leonardo pontuou a todos os conselheiros que
529 há uma quantidade razoável de atas a serem aprovadas, e fez um apelo para que se realize
530 a leitura dessas atas em plenária, sendo que todos devem ler e pontuar no momento da
531 reunião, ou seja, realizar reunião e, na próxima, proceder à leitura das atas. Os conselheiros
532 Hércio e Soraya concordaram com o apontamento do conselheiro Leonardo. Luciana
533 informou que será analisada a questão do tempo nas reuniões e que, de qualquer forma,
534 independente da ata ser lida ou não, é importante que realizem as alterações necessárias
535 antecipadamente, visto que a ata é apenas uma transcrição do ocorrido. O conselheiro
536 Leonardo questionou se todas as atas serão lidas na próxima reunião e Luciana informou
537 que será colocado o assunto em votação, visto que demandaria muito tempo. A conselheira
538 Elietti fez uma consideração que a prática da leitura da ata durante a reunião era, de fato,
539 bastante usual quando não havia as reuniões gravadas, assim, a qualquer momento, pode
540 ser analisada a gravação, mas não há impedimento de realizar a leitura. O conselheiro
541 Leonardo concordou que há muitas pautas a serem debatidas, urgentes, e emergências
542 para tratar, e solicitou a todos os conselheiros a consideração de ser um rito de praxe de
543 todas as assembleias ou conferências, principalmente porque a ata é revisada, uma vez que
544 passou muito tempo do acontecido; vamos realizar a leitura das atas, sim, mas se a reunião
545 extraordinária for transmitida ao vivo, realiza essa revisão, faz o rito e informa a todos os
546 que acompanham, contemplando os acontecimentos das reuniões. Luciana lembrou que é
547 importante essa disponibilização das atas e das reuniões; apesar de as reuniões do
548 Conselho serem públicas, era raro a participação do público, mas sendo transmitidas pela
549 plataforma do YouTube têm sido acompanhadas por um número significativo de pessoas, é
550 apenas questão de otimização de tempo. Deu-se início à votação com todos os presentes.
551 Os conselheiros que foram a favor: Alan, Caetano, Deivid, Dheferson, Gilmara, Giovanni
552 Cosenza, Hércio, James, Leonardo, Norbert e Soraya. Contra nesse momento: Ana, Giovanni

553 Comodo, Harrison, Laércio, Mariana, Paulo, Maristela, Pedro, Rafael, Silvio, Solange
554 Batigliana e Thatianne. Abstenções: Eder, Elietti e Joaquim. Sobre as aprovações das atas,
555 ficou estabelecido que nas próximas reuniões extraordinárias, será realizada a leitura da ata
556 da reunião anterior no início de cada sessão. Com relação à apresentação da plataforma de
557 streaming – PR Cultural, sugeriu-se ser tratado o assunto em outra oportunidade. Quanto
558 ao pacote de medidas ao Setor Cultural com recursos do governo do Estado, informado ser
559 de extrema importância e deverá ser mantido na pauta. Colocados em discussão os
560 assuntos a seguir: a retirada do Festival Viva Paraná e apresentação do Ciclo de Diálogos
561 com os municípios, PL 669/2020 – Uso do potencial construtivo para a preservação do
562 Patrimônio Cultural, informes sobre a eleição complementar do CONSECO, manter os temas
563 Ofício do Grupo Coragem e Denúncias sobre a Lei Aldir Blanc - LAB, a ser acrescentado caso
564 sobre tempo. Isso posto, foi questionado se algum conselheiro estaria contra a sugestão. O
565 conselheiro Hércio pontuou que sua solicitação foi apenas a antecipação dos debates nos
566 informes gerais, e Luciana esclareceu que não há possibilidade de antecipar para após a
567 conversa com Aldo Valentim, devido à reunião retornar apenas às 14h, e há a agenda com o
568 secretário da Casa Civil, sendo necessário o assunto permanecer na agenda. O conselheiro
569 Hércio informou que entende, mas que é necessário que sejam debatidas as questões dos
570 informes gerais, e concordou que o assunto seja tratado na sequência. Elietti ponderou a
571 importância de debate da pauta, uma vez que nada obsta isso, mas lembrou que os órgãos
572 de controle estão atentos a todas as denúncias. Informou que ontem, logo após o
573 recebimento das denúncias, foi realizado o despacho à superintendente, encaminhando as
574 denúncias ao órgão de controle interno da secretaria, assim como dará ciência a todos os
575 órgãos de controle, visto que essa é sua atribuição específica, é um dever de ofício.
576 Declarou que há temas importantes a serem tratados na pauta e solicitou que estes sejam
577 avaliados para não perder a oportunidade de serem discutidos assuntos de interesse da
578 classe. O conselheiro Hércio apoiou a conselheira Elietti e lembrou que é necessário haver
579 um posicionamento sobre a gravidade das denúncias, justificando seu pedido de inversão
580 na pauta. Luciana informou que seria realizada uma pausa para o almoço e sugeriu aos
581 presentes pensarem uma definição para o assunto antes da votação, ressaltando que no
582 retorno será tratado o pacote de medidas ao setor cultural com recursos do governo do
583 Estado e, após, será realizada a votação para inversão de pauta. Reforçou os apontamentos
584 da conselheira Elietti e para não esquecer da importância do Conselho de Cultura em todas
585 as decisões, esclarecendo, inclusive, que foram realizadas trinta e uma reuniões para
586 discutir as ações da LAB, e todas essas ações foram tratadas em conjunto. Após o retorno
587 do almoço, Luciana concedeu a presidência ao secretário da Comunicação Social e da
588 Cultura, João Debiasi, que cumprimentou todos os presentes, informando que tem mantido
589 diálogo frequente com a superintendente sobre o setor cultural. Agradeceu a presença do
590 secretário Guto Silva, cumprimentou a equipe da secretaria, e declarou que a pandemia o
591 aproximou o convidado. Procedeu à abertura da sessão com a informação de que
592 recentemente o Governo do Estado, seguindo orientação do governador Ratinho Junior,
593 lançou um pacote econômico, auxílio emergencial para empresas e profissionais de diversas
594 categorias, e que o motivo da presente reunião é tratar do projeto de lei que trata desse
595 assunto. Esclareceu que o pacote inclui atividades do setor cultural, em linhas gerais, e que
596 aquele arcabouço apresentado há duas semanas com os pacotes de medidas econômicas,
597 agora teve englobado o setor cultural, atividades artísticas, criativas e espetáculos,
598 passando a contemplar, por exemplo, produção teatral, musical, espetáculos de dança,

599 circenses e restauração de obras de artes, assim como todas as categorias que foram
600 impactadas pela pandemia, visto que Cultura tem a integração presencial, e ser limitada
601 nessa condição, o governador entendeu que o setor cultural deveria estar contemplado e
602 concedeu a fala ao secretário Guto Silva. Ele iniciou cumprimentando os presentes, o
603 secretário, a superintendente e a diretora técnica de Cultura Elietti, a coordenadora da
604 Ação Cultural Mariana Bernal, e Christianne, que acompanha e tem contato direto com
605 todos, e os fazedores de Cultura, explicando detalhadamente como foi organizado o
606 desenho do projeto de Lei, a intervenção do secretário Debiasi e de Luciana em prol da
607 Cultura. Informou os trâmites do projeto de Lei na Assembleia e citou a preocupação com
608 as áreas econômica, saúde e social nesse momento de pandemia, declarando que há a
609 consciência que o setor da Cultura e arte foi fortemente impactado, não somente no Brasil,
610 mas no mundo. Declarou que, dentro de quinze a vinte dias, será feita uma solicitação do
611 secretário Debiasi e da superintendente Luciana de novas ações para contratar eventos e
612 outras atividades, mecanismo esse com o objetivo de retirar o recurso específico da
613 Secretaria da Fazenda para apoiar outras atividades e conseguir chegar na ponta; seria um
614 novo pacote na área de Turismo, Cultura e outras áreas sociais, e com o tempo fazer um
615 anúncio de outras ações que podem impactar o segmento aberto a iniciativas. Finalizou sua
616 fala com a informação de que o pleito foi atendido, e agradeceu a oportunidade de estar
617 nesta reunião nesta tarde, frisando a importância da união entre todos. O presidente
618 agradeceu a participação do secretário e informou que não podia deixar de ser realizado
619 esse registro, porque entende que um dos setores mais atingidos é o cultural. Declarou que
620 o desafio permanece e concedeu a fala à superintendente. Agradeceu a presença do
621 presidente e secretário e chefe da Casa Civil Guto Silva nesse Conselho, prontamente
622 ouvindo a luta pelo setor cultural. Informou que não há transmissão na plataforma do
623 YouTube neste momento, devido ao pacote não ter sido publicizado pela comunicação do
624 governo, e que o debate está em construção. O secretário informou que estarão incluídos
625 nesse benefício aproximadamente cinco mil e oitocentos Microempreendedores Individuais
626 (MEI) do setor cultural, e em torno de duzentos a duzentos e vinte pequenas ou
627 microempresas optantes pelo Simples, ou seja, um número bastante significativo. Citou que
628 esse documento será divulgado e relembrou as áreas atendidas pelo benefício, abrindo a
629 discussão aos conselheiros. O conselheiro Hélcio cumprimentou os presentes, declarando
630 ser um prazer conhecer o secretário Guto. Citou que seu questionamento é pontual, e a
631 defesa da Cultura em incentivo é sempre bem-vinda. Relembrou um diálogo que teve com
632 Elietti e Luciana sobre a importância dessa divulgação e, partindo do princípio de que o
633 Conselho é um braço da Secretaria da Comunicação Social e da Cultura, e que não somos
634 consultivos, mas sim deliberativos, os questionamentos são os seguintes: por que a
635 informação não foi passada aos conselheiros antes para conhecimento e, assim, podermos
636 avaliar? Esse documento será disponibilizado aos conselheiros para que possamos sugerir,
637 incluir acréscimos, correções, conforme consta em lei? Haverá audiência pública, passará
638 por discussão? E reivindicou, em nome do caráter deliberativo do Conselho, não apenas
639 consultivo, que haja conhecimento prévio, antes da votação na assembleia, pois os
640 conselheiros têm capacidade suficiente para sugerir alterações e contribuições. O secretário
641 Guto Silva informou ao conselheiro que não é uma crítica, mas sim uma sugestão
642 construtiva. Explicou sucintamente o funcionamento da pauta legislativa e lembrou que não
643 é um debate final, é uma iniciativa. O debate é realizado e o assunto retorna para o governo
644 avaliar. Entretanto, por ter sido realizado a toque de caixa, justificou que o recurso

645 destinado ao apoio ao MEI e ao Simples não foi contemplado, era específico do Fundo
646 Estadual de Prevenção e Controle da Poluição - FECOP, voltado para o programa comida
647 boa. A questão foi postergada para o segundo semestre e o recurso foi destinado às
648 empresas. A rapidez na tramitação foi justamente pela mudança da fonte do recurso e
649 então surgiu essa oportunidade. A economia fiscal do Estado é muito difícil, parece um
650 devaneio, perdeu-se o ano passado quase um milhão de reais em receitas previstas para
651 entrar no caixa. Aproveitando essa velocidade, foi iniciado o processo na Assembleia; o
652 projeto não entra especificadamente em cada segmento, seja cultura ou serviço, é um
653 projeto de apoio ao CNPJ. Informou ao Conselheiro que a sua intervenção é importante,
654 visto que daqui quinze a vinte dias será lançado um novo pacote para as áreas de Cultura,
655 Artes e Turismo, então as sugestões desse grupo podem merecer uma análise profunda
656 junto à superintendente e ao secretário para verificar quais ações do Conselho podem ser
657 inseridas no projeto. Debiasi complementou que o estado de guerra que estamos
658 vivenciando, imposto pela Covid-19, imprime um ritmo do dever em agir e, com esse
659 intuito, foi realizado esse projeto de Lei; com relação a discussões e propostas coletivas do
660 que precisaria estar inserido no parlamento, estará aberto ao diálogo. Fez uma menção
661 honrosa em nome dos senhores Guto Silva e governador, por ser a primeira reunião do
662 Conselho após o falecimento do presidente da Comissão de Cultura da Assembleia
663 Legislativa do Paraná - ALEP, deputado Recalcatti. O momento do debate está em curso, é
664 uma construção. A conselheira Soraya agradeceu a presença dos secretários João Debiasi e
665 Guto Silva, informou que quando cita sobre os MEIs é uma antecipação da preocupação da
666 sociedade civil, principalmente em relação a certidões positivadas, CNPJ endividados, e
667 pontuou para que não haja no pacote os mesmos problemas dos editais, por serem rígidos,
668 exigentes, e não condizentes com a realidade da emergência. Ela fundamentou a questão
669 jurídica com realidades de vidas já não existentes, citou os endividamentos de empresários
670 e questionou se há essa preocupação por parte do governo. O secretário Guto Silva frisou a
671 importância de lembrar que esse pacote não é empréstimo do setor e não haverá a
672 preocupação quanto a certidões negativadas ou problemas no CNPJ. O recurso é um auxílio,
673 independente da natureza do MEI ou empresa optante pelo Simples. É uma ajuda ao
674 empresário, aos setores cultural e artístico, corroborando com o raciocínio da conselheira.
675 Segundo ele, o momento é de muito aprendizado e um debate realizado no governo todos
676 os dias. Ele citou ser uma discussão importante essa relação do governo, seja na linha de
677 empréstimo, com o fomento ou com o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul
678 – BRDE em relação aos editais. Se haverá uma evolução para modelos mais simplificados,
679 em função da pandemia, o Estado terá esse novo olhar para a morosidade e burocracia do
680 setor público, e reafirmou que será um auxílio. O secretário complementou com a
681 informação de que os quesitos citados pela conselheira seriam na realização de
682 empréstimo. O conselheiro Giovanni Cosenza apoiou o pacote de medidas, demonstrou
683 felicidade pela Cultura estar sendo assistida, frisou a importância dos agentes culturais,
684 quando houver as aprovações desses projetos de lei, o trabalho do legislativo, eleito pela
685 população, e informou que, a princípio, essa primeira proposta ajuda, mas futuramente é
686 necessário que se pense em projetos que atenda a características sui generis da Cultura. O
687 conselheiro sentiu haver uma lei que trata a Cultura como objeto, mas especificadamente,
688 cadeira, e citou a importância de ter carinho pela Cultura. O conselheiro Leonardo
689 parabenizou a presença de ambos os secretários, frisou a necessidade de haver uma
690 interlocução direta, citou que não houve o entendimento concreto da proposta e

691 questionou um ponto pertinente, já antecipado na resposta a conselheira Soraya, que se
692 refere às certidões negativas. Segundo ele, se os entes, artistas, têm certidões positivas
693 com efeito de negativa, poderia impossibilitar e sendo um entrave maior na Lei Aldir Blanc.
694 O conselheiro sugeriu a promoção em todas as iniciativas do Estado e subsídios para que as
695 pessoas – principalmente artistas, técnicos e toda a cadeia da Cultura afetada pela
696 pandemia – consigam regularizar seus débitos. O secretário Debiasi informou que há o
697 entendimento dessas preocupações do conselheiro e lembrou sobre a proposta do
698 projeto de lei encaminhado à Assembleia Legislativa que, por ser um auxílio emergencial e
699 quando exige uma certidão negativa de qualquer natureza é para tomada de empréstimo,
700 junto a alguma instituição financeira, seja pública ou privada. E iniciou a leitura do sumário
701 executivo do projeto de lei aos conselheiros para entendimento da proposta. Contudo,
702 esclareceu que será compartilhado futuramente. Hélcio agradeceu as informações e
703 reforçou a importância de ser enviado aos conselheiros. Giovanni questionou se foi lido
704 Inscrição Estadual e justificou que não pode haver o esquecimento que os MEIs têm apenas
705 a Inscrição Municipal. O secretário informou que é necessário apenas ter o seu registro.
706 Luciana esclareceu que antes do pacote ser iniciado, está sendo realizado o diálogo com os
707 conselheiros e todo o material será disponibilizado, conforme informado pelo secretário e
708 chefe da Casa Civil. O objetivo da reunião no momento será para iniciar um debate, após a
709 leitura do material enviado, para propor mudanças ou sugestões. O secretário justificou o
710 motivo de a reunião não estar sendo transmitida por ser um assunto interno. O presidente
711 citou os procedimentos e a intenção é, por enquanto, debater com base no marco zero.
712 Rosane questionou se serão utilizados cadastros já existentes ou se haverá um período de
713 cadastramento com as pessoas que têm interesse, e informou que há dúvidas quanto às
714 parcelas. Sobre o primeiro questionamento, o presidente respondeu ser uma informação a
715 ser levantada, e posteriormente enviada. Sobre a segunda dúvida, para microempresas
716 optantes pelo Simples serão quatro parcelas de R\$ 250,00. Para as MEIs, duas parcelas de
717 R\$ 250,00. Rosane opinou que o valor é muito baixo pelo esforço no trabalho
718 desempenhado. Debiasi informou que por parte do setor executivo, a vontade é de investir
719 mais, pois apesar do nome ser auxílio, no entanto, se vê como um investimento. Mas
720 explicou que é o possível dentro das circunstâncias. O conselheiro Alan cumprimentou a
721 todos, informou que sua dúvida era a mesma da conselheira Rosane e informou que o valor
722 pago na MEI é na faixa de R\$ 60,00. Se for analisado que está parado desde março e realizar
723 uma simples conta de 13x60, daria R\$ 780,00. Portanto, o auxílio não consegue manter as
724 mensalidades do próprio MEI ativo. Ele relatou ter pensado que o recurso seria maior,
725 talvez chegar a R\$ 1.000,00, e citou os empecilhos enfrentados nos editais. O conselheiro
726 Leonardo questionou se há alguma viabilidade de projeto de governo para pautar as
727 questões do PROFICE para esse ano, adaptando a realidade atual, com editais para
728 complementar a Lei Aldir Blanc, com recursos próprios do Estado. A superintendente
729 Luciana informou que o PROFICE estará garantido e será passado pelo Conselho para
730 realizar todas as discussões necessárias. Gilmar citou o entendimento do valor ser
731 significativo em um montante, mas a ajuda individual é para os mais necessitados e, no seu
732 ponto de vista, apoiou o apontamento do conselheiro Giovanni sobre a crítica das
733 propostas não chegar a quem precisa. Ela e direcionou a pergunta ao secretário Debiasi,
734 pois sabe de toda a luta, das reuniões e do trabalho realizado pela administração pública
735 para elaborar os editais, mas efetivamente não atendeu, ocasionando em vergonha, no
736 horrível resultado de apenas 15% dos recursos serem pagos. Gilmar disse que se sentiu

737 impotente por não conseguir ajudar mais e que sua macrorregião ser de difícil acesso. Ela
738 demonstrou interesse em saber a posição no resultado, pontuou a necessidade de lutar
739 para conseguir utilizar os recursos da Lei Aldir Blanc neste ano e frisou a importância de
740 conseguir operacionalizar. Segundo ela, não adianta fazer editais se não atender a
741 população. A conselheira finalizou relatando muitas perdas e o resultado insatisfatório do
742 Paraná. O presidente realizou um depoimento pessoal e, por ser um profissional de
743 resultado, analisa que é evidente que há um problema não alcançar as metas
744 positivamente e, ainda que sejam negativos, não é motivo de vergonha. Mas o presidente
745 procura projetar resultados mais positivos, concordou com os apontamentos da conselheira
746 Gilmara, mas lembrou que no momento estamos no limite que a lei permite. Lembrou que
747 foi disponibilizado o recurso para a classe, só não foi atingida a meta. Agora é hora de
748 realizar uma avaliação para entender o que aconteceu e que as regras usadas da Lei Aldir
749 Blanc poderiam ter sido diferentes. As amarras não põem limite em nossas próprias
750 limitações pessoais. Gilmara complementou que o resultado foi negativo por conta da falta
751 de operacionalização que deveria ter ocorrido de forma mais efetiva e eficiente, que foi
752 desenvolvido muito trabalho para montar os editais e eles não chegaram a muitos artistas.
753 Ela relatou sobre a sua localidade e concluiu que muitos artistas não tiveram acesso aos
754 recursos. Debiasi refletiu que a luta apresentada pela conselheira necessita ser levada ao
755 Congresso Nacional, para que tenha uma mudança das regras na lei. Segundo ele, o que a
756 classe reivindica não está traduzido na Lei Aldir Blanc. Leonardo sugeriu uma moção de
757 apoio, entre SECC e CONSECC, para votação dos novos empenhos que está em tramite da
758 Câmara Federal. Hélcio parafraseou uma frase de Antonie de Saint-Exupéry, demonstrou
759 estar sendo contemplado pela frase sugerida pelo presidente, pois citou o levantamento
760 para o secretário Aldo Valentim, para rever as regras perante o Governo Federal. Leonardo
761 disse que tem três questionamentos. O primeiro de caráter técnico: o recebimento dos
762 recursos para o projeto das microempresas estará vinculado de todas as formas ao inciso II
763 da Lei Aldir Blanc? O segundo é político e geográfico: informou ser representante da
764 macrorregião de Campos Gerais e perguntou como seria organizada a logística da proposta
765 aos municípios? Segundo ele, a maior localidade dessas empresas está no interior e haveria
766 intervenção das prefeituras e câmaras municipais e a parte contábil seria apenas o MEI ou
767 também para empresas de caráter cultural? O presidente respondeu que sendo pequena e
768 microempresa, optante pelo Simples Nacional, está contemplada. MEI, naturalmente do
769 setor cultural, estaria contemplado e entraria independente do município. Basta se
770 enquadrar nos critérios. Os dirigentes municipais serão informados para buscar os
771 empresários, mas não há um critério de recebimento de verba por localidade. Sobre o
772 terceiro questionamento é que não há vínculo com a Lei Aldir Blanc. O espaço cultural
773 poderá ser beneficiado pelo projeto. O secretário João Debiasi e o chefe da Casa Civil Guto
774 Silva agradeceram a participação e falaram que precisam se ausentar, devido a
775 compromissos já agendados, e concedeu a presidência da reunião à superintendente
776 Luciana. Ela realizou o encaminhamento do pacote de medidas, todos os documentos
777 pertinentes para inserir sugestões, os CNAE contemplados, lembrou que na versão inicial
778 havia apenas um que atendia à Cultura e nessa foi inserido em todos, com o intuito de
779 privilegiar o artista que trabalha mais individualmente. Segundo Luciana, por motivos
780 financeiros não foi viável a inclusão de todos os espaços e artistas. São cerca de cinco mil
781 MEIs cadastrados e enquanto empresas com esses CNAEs são apenas duzentos e sessenta e
782 três. Luciana lembrou que ainda está em processo de construção e não foi publicizado

783 ainda, pois são pessoais e sigilosos. O conselheiro Dheferson realizou um adendo para
784 quando forem enviadas sugestões, que sejam encaminhadas aos demais conselheiros, para
785 que seja realizado em coletivo. Luciana apoiou a sugestão de Dheferson. Após o intervalo, o
786 conselheiro Hércio deu início à pauta, contextualizou as denúncias sobre a Lei Aldir Blanc -
787 LAB, cumprimentou a todos, informou que foram protocoladas, sendo um fato público e de
788 certa maneira na mídia. O conselheiro pontuou algumas informações para embasar
789 exatamente no encaminhamento da parte final de sua fala, citou que não há nada contra a
790 equipe da secretaria, sendo fato incontestável. Ele citou o relatório do Ministério do
791 Turismo, de domínio público, que aponta que o Paraná está em antepenúltimo lugar, visto
792 que utilizou apenas 15,9% dos recursos financeiros disponíveis, e detalhou os valores.
793 Hércio lembrou a reunião com o grupo de trabalho, informou que o problema não está
794 apenas na gestão, se é que há, e sim está no fato de que o Conselho é deliberativo.
795 Segundo o conselheiro, de alguma forma houve a participação do Conselho, frisou a
796 importância da precisão nas informações e propôs um grupo de trabalho de investigação
797 dentro do Conselho, como uma CPI, para que possa se investigar essas denúncias e cotejar
798 as informações. O conselheiro Laércio realizou algumas observações sobre as colocações de
799 Hércio. Em primeiro lugar, criar um grupo de trabalho de uma "denúncia" que parte de uma
800 palavra que parece difamação caluniosa, porque malversação é apropriação indébita de
801 fundo e valores, desvio de verbas públicas, o que absolutamente são coisas que não
802 aconteceram na aplicação das verbas da Lei Aldir Blanc. Laércio parabenizou Luciana pela
803 transparência no encaminhamento da pseudodenúncia e disse que isso parece um
804 descontentamento e em segundo lugar é algo ilógico. Ele pediu perdão ao conselheiro
805 Hércio por colocar de tal maneira porque o órgão responsável pela aplicação dos recursos,
806 que deliberou e votou, e cujos conselheiros dos artistas foram aos municípios em busca
807 desses artistas para conseguir esses recursos, que determinou a política em vista de um
808 grupo de investigação, por uma "denúncia espúria". Ele citou que não existe um órgão que
809 aplica a política e logo depois passa a ser um autojugador. Laércio esclareceu sobre CPI,
810 relatou que na própria "denúncia" há um trecho sobre a preocupação em evitar o
811 sombreamento e explicou detalhadamente esse ponto. Ele recordou fatos de reuniões
812 anteriores, citou que muitos poucos irão receber o auxílio porque o Estado do Paraná foi
813 extremamente eficiente e transparente na distribuição dos recursos da pandemia. Por isso
814 sobrou a alternativa de distribuir das formas que o Conselho deliberou. O retorno de
815 recursos dos municípios se deu exatamente pela impossibilidade de cruzamento ou duplicar
816 os recursos, em tese, merecidos, pela própria condição da Lei. Diante do exposto, Laércio se
817 declarou contrário à proposta do conselheiro Hércio. Laércio destacou também que o
818 Estado e a Superintendência da Cultura propõem políticas, torna-as possíveis e exequíveis.
819 Conselheiros e atores políticos nos municípios são os responsáveis para que essas metas
820 sejam atingidas, e não parecia que tais metas eram inexecutáveis em princípio, devido a não
821 terem sido denunciadas e vistas pelos conselheiros e realizar um olhar retrospectivo.
822 Laércio disse que o fato demonstra dois acontecimentos: as nossas estruturas que deveriam
823 ter ido ao encontro das necessidades, dentro da sociedade civil, não conseguiram captar ou
824 precisam ser atendidas de outra maneira, sendo preciso se reinventar. Ele citou que não
825 consegue ver como é possível doação civil com recursos públicos de verbas da União,
826 carimbadas, dentro de um processo restrito e citou todos os procedimentos. Segundo
827 Laércio, doação não se realiza com verbas públicas, sendo que o Conselho, nesse momento,
828 é a vítima e não pode pactuar com essa solicitação e precisa se solidarizar. Ele confessou

829 que se sente constrangido, diante de certas atitudes e realizou uma comparação, para se
830 ter cuidado com as explicações fáceis, e a responsabilização do Estado do Paraná. Hércio
831 demonstrou preocupação com a fala do conselheiro Laércio. Se o comentário em relação à
832 denúncia foi individual e pessoal, ele respeita. Mas se o comentário representa todo o
833 Governo e a principalmente a Secretaria, não há possibilidade de respeito. Se for efetivado
834 o grupo de trabalho de investigação não irá pactuar com as denúncias, pelo contrário, todos
835 estão a favor do esclarecimento, e citou o papel de fiscalizador que o Conselho tem. Laércio
836 informou que não há procuração do governador Ratinho ou do secretário de Estado.
837 Leonardo reforçou a fala do conselheiro Laércio, citou o papel fiscalizador do Conselho e
838 não há necessariamente a intenção de produzir provas quanto a nós mesmos ou ato de
839 acusarmos, e apoiou a criação do grupo de trabalho de investigação, em prol de reconhecer
840 lacunas e erros. Segundo ele, o relatório construído através do grupo de trabalho é um
841 mecanismo de estudo e de encontrar falhas, e relatou denúncias que ocorreram em alguns
842 municípios. O conselheiro finalizou realizando a leitura de um trecho do regimento interno
843 do CONSEC. Elietti esclareceu aos conselheiros, como uma reflexão, sobre uma avaliação
844 para retroalimentação do processo, sendo inerente ao processo de planejamento, diferente
845 de CPI e apuração de denúncia, em tese, obviamente, por se tratar, de um poder delegado
846 ao Conselho de realizar um acompanhamento para correção de caminhos. Posto em
847 processo de diagnóstico, ela citou que o grupo de relatório da Lei Aldir Blanc tem
848 acompanhado o alcance das áreas territoriais e está sendo mapeado e diagnosticado o que
849 foi realizado pelos outros Estados. Segundo ela, por meio de uma pesquisa será detectado
850 o que está sendo realizado pelos municípios, inclusive em todas as variáveis. Elietti frisou
851 ser dever de todos avaliar o processo e isso está sendo realizado. Ela garantiu que tudo será
852 encaminhado de maneira proativa e com instrumentalização de participação da classe.
853 Leonardo concordou com a reflexão da conselheira Elietti. Giovanni Cosenza apoiou o
854 grupo de trabalho de investigação das denúncias, concordou com as falas do conselheiro
855 Hércio. Cosenza relatou a preocupação da comunidade artística para saber a quem o
856 recurso está chegando, pelo fato de que funcionários de outras esferas municipais ou
857 Federal de autarquias e afins foram contemplados pelos prêmios e editais. Ele citou sua
858 formação e descreveu as dificuldades da classe. Cosenza refletiu que talvez sejam essas as
859 falhas e explanou ideias para sugerir aos municípios. Alan demonstrou preocupação com os
860 acontecimentos e explicou como foi importante que as eleições complementares do
861 CONSEC não aconteceram. Acompanhou a fala de Laércio sobre o fato de que o Conselho
862 deliberou, foi votado e lembrou que não há uma paridade no grupo. Alan lembrou que
863 nas reuniões houve assuntos deliberados que podemos responder, pelo fato de ter perdido
864 no voto e não foi interesse da sociedade civil. O conselheiro solicitou que enquanto não
865 houver eleições para suplementar as cadeiras vacantes, para estabelecer a paridade, não
866 vale a pena realizar uma reformulação de ideias ou planejamentos, e citou as dificuldades
867 da sociedade civil. Luciana questionou novamente os conselheiros sobre a necessidade de
868 permanecer na pauta PL 669/2020 – Uso do potencial construtivo para a preservação do
869 Patrimônio Cultural, solicitado pelo conselheiro Leonardo no final do ano passado, por um
870 questionamento sobre como estavam os imóveis do Estado. Hércio informou que isso devia
871 ficar para outro dia e poderia ser convidado em outro momento. Leonardo concorda com a
872 relevância do assunto, sugeriu adiar para próxima reunião e justificou a demanda. Solange
873 pontuou que cuidar do recurso público é extremamente importante, informou ter realizado
874 a leitura do material apresentado a título de denúncia e explanou sobre seu ponto de vista

875 sobre apontamentos sem comprovações. Ela esclareceu que a administração pública tem
876 responsabilidade de verificar esse tema e busca levantar essas situações, e questionou se o
877 dinheiro está empenhado e se há possibilidade de uso do recurso. Solange destacou a
878 importância do Conselho em pensar adiante e foi contra a criação do grupo de trabalho de
879 investigação, devido a um possível problema para executar o recurso futuramente. Ela
880 relatou a CPI que ocorreu no município de Londrina e lembrou que grande parte dos
881 artistas já tinha recebido o auxílio emergencial federal. Solange finalizou propondo a
882 criação de um instrumento que fosse efetivo para que os que foram prejudicados no
883 processo pudessem receber os recursos. Luciana informou que sim, foi realizado um
884 empenho global de todo o fomento. Rosane frisou a importância de olhar para frente,
885 porém não pode deixar de realizar a revisão do passado, reintegrou a criação do grupo de
886 trabalho, sugeriu ser de autoavaliação e que o nome é questão de construção, concordou
887 com os apontamentos do conselheiro Giovanni sobre as desigualdades de situações entre
888 os artistas e relatou fatos ocorridos pelo não recebimento do recurso, pela falta de
889 experiência em editais e outros motivos. Elietti complementou a informação de que as
890 denúncias a respeito de supostos servidores públicos beneficiados pela Lei Aldir Blanc,
891 mencionou que foram recebidas denúncias apontando nomes e foi apurado e encaminhado
892 à Procuradoria-Geral do Estado. Segundo ela, medidas cabíveis já estão sendo tomadas.
893 Dheferson reiterou que é melhor retirar o termo CPI e realizar a tarefa como grupo de
894 trabalho, e justificou sua solicitação. Segundo ele, a sociedade civil necessita desse retorno,
895 concordou com a fala da Solange em seguir adiante e reforçou sua frase: “juntos somos
896 mais fortes”. O conselheiro finalizou citando as solicitações de cobrança realizadas pela
897 sociedade civil. A conselheira Ana concordou com o conselheiro Alan em relação a
898 paridade, citou que sua representação no Conselho é em prol do artista, apoiou os
899 apontamentos das conselheiras Rosane e Solange, e apoiou a criação do grupo de trabalho,
900 pois o foco é que os recursos cheguem aos trabalhadores. Ana questionou o conselheiro
901 Laércio sobre a possibilidade de haver bolsa e se há uma forma de agilizar o processo para
902 que o recurso chegue até as pessoas. A conselheira refletiu que muitas vezes não há uma
903 MEI ou um microempreendedor optante pelo Simples para ser beneficiado pelo pacote de
904 medidas, questionou se há possibilidade de manter o recurso com o Governo Estadual e
905 qual seria o caminho mais rápido. Soraya refletiu sua posição de fala, relatou ser
906 conselheira de noventa municípios e que entende o espírito democrático e participativo dos
907 segmentos da sociedade civil. A conselheira defendeu a criação do grupo de trabalho e que
908 é contra o padrão do processo de agilidade do tempo. Soraya defendeu a necessidade de
909 fazer um mapeamento dos artistas no interior do Paraná e a atuação em conselhos
910 municipais, apoiou o entendimento da conselheira Solange e citou suas defesas. Soraya
911 finalizou informando que não entende o espírito do Conselho que, segundo ela, necessita
912 ser um espaço democrático, a começar pela alternância das cadeiras da presidência. O
913 conselheiro Norbert cumprimentou a todos, realizou alguns apontamentos, relatou que em
914 alguns momentos tem vontade de renunciar, pois acha que os gestores não entendem o
915 papel do conselheiro. Ele relatou experiências em municípios onde foi solicitado que
916 escrevesse todos os editais, sendo que o papel é de auxílio, esclarecimentos de dúvidas.
917 Sobre as questões da denúncia, Norbert questionou a possibilidade de recorrer ao Conselho
918 mediante denúncias de sua macrorregião. Ele relatou uma acusação que está enfrentando
919 em sua cidade, pelo fato de que uma conselheira municipal o acusou de ter recebido
920 recurso e outras acusações de sua macrorregião. Ele declarou que foi atrás das provas e

921 apoiou a criação do grupo de trabalho, colocando seu nome à disposição. O conselheiro
922 Caetano citou que ficou tranquilizado com a informação de Elietti em relação aos servidores
923 públicos já terem sido identificados encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado, mas não
924 exclui o fato de que o Governo do Paraná conseguiu executar apenas 15% do recurso da Lei
925 Aldir Blanc, um fracasso, e relembrou citações ocorridas no momento. O conselheiro
926 finalizou dando seu apoio à criação do grupo de trabalho. O conselheiro Hécio citou ter
927 informado no grupo de WhatsApp do CONSEC a relação dessas denúncias dos funcionários
928 públicos. Contemplando o questionamento da conselheira Solange, Hécio retratou sobre
929 ter usado uma metáfora quando cita uma CPI, fica a critério dos conselheiros o nome, e
930 justificou a criação do grupo de trabalho. Laércio esclareceu que há duas propostas e uma
931 negativa: a proposta do conselheiro Helcio de investigar essas “denúncias” e existe a de
932 Elietti e Solange para criar um grupo de trabalho para estudar as razões da evolução para
933 aplicação dos recursos até o momento e uma posposta de viabilizar com que elas sejam
934 utilizadas mais adiante, sendo propostas completamente diferentes. Luciana solicitou aos
935 assessores técnicos André e Danilo um esclarecimento dos caminhos a percorrer quando se
936 recebe uma denúncia. André cumprimentou a todos e citou esclarecimentos do processo
937 administrativo. Houve denúncias sobre pagamentos realizados de maneira irregular pela
938 secretaria e em alguns casos houve a identificação por ofícios, na realização de pente-fino
939 sobre as contratações decorrentes da Lei Aldir Blanc. De imediato foi realizada uma
940 comissão por parte da secretaria para apurar essas denúncias, cada caso está sendo
941 analisado e há um sigilo dos processos. André frisou que há o conhecimento de que alguns
942 processos foram enviados para o Ministério Público, citou que há um controle interno
943 atuando no sentido de verificação de procedimentos e informou que não serve para
944 averiguar os casos – se há legalidade ou não. Ele explicou qual é sua função, informou que
945 há o acompanhamento da Controladoria-Geral do Estado e um filtro realizado pelo Governo
946 Federal, pela DATAPREV e a PGE faz essa fiscalização. André explicou que logo que a
947 comissão finalizar os trabalhos sobre os processos que chegam ao órgão, e o secretário
948 deliberar o encaminhamento à PGE se identificar ilegalidade na contratação, será realizado
949 o processo judicial para retorno dos recursos. Danilo cumprimentou a todos e reforçou que
950 a secretaria e a superintendência vêm atuando de forma preventiva em relação a casos que
951 eventualmente foram encontrados por ação própria específica do órgão. Seja na renda ou
952 fomento, denúncias externas ocorreram e estão sendo avaliadas e, conforme o assessor
953 técnico André explicou de maneira clara e específica, as atividades realizadas no grupo de
954 trabalho já estão sendo desempenhadas pela própria atuação dos servidores da secretaria,
955 para fins de cumprimento das regras de controle interno e as leis que regem o pagamento
956 de renda, bem como a aplicação nos editais de fomento. André realizou um complemento
957 sobre a questão dos processos da lei e esclareceu que o fato de que respostas do processo
958 estão sendo arquivadas, não significa que a secretaria não está tomando atitude ou que há
959 falta de acompanhamentos. Danilo explicou que há uma preocupação grande para que
960 evite qualquer tipo de desvio, inclusive antes e depois da prestação de contas. Hécio pediu
961 questão de ordem para esclarecer uma questão proposta pelo conselheiro Laércio, sobre a
962 criação de duas propostas. O conselheiro informou que não é apenas uma proposta, a
963 criação do grupo de trabalho de investigação e pontuou na fala do André e Danilo. Hécio
964 citou que o fato de estar investigando não interfere no trabalho da secretaria. Ele explicou
965 que seria um grupo do Conselho e outro criado pela secretaria. Laércio pediu uma questão
966 de ordem para esclarecimento que são criação de grupos diferentes. Luciana iniciou duas

967 votações para saber se os conselheiros são a favor ou contra a criação de dois grupos de
968 trabalho. Um com o intuito de analisar como foi aplicado o recurso e outro de investigação.
969 Alan não concordou com a nomenclatura do nome “investigação” e foi a favor da criação do
970 GT (Grupo de Trabalho) para análise da aplicação dos recursos e reaplicar melhor. Elietti
971 informou uma questão técnica, referente ao nome, pois precisaria ser um de fiscalização e
972 outro de avaliação. Laércio explicou os GTs e sugeriu a nomenclatura GT Investigação e GT
973 Fiscalização. Leonardo informou que não acha prático direcionar dois grupos de trabalho e
974 justificou seu posicionamento. Rosane concordou com Leonardo quanto a apenas uma
975 criação de GT e nome de fiscalização. O conselheiro Laércio citou que esse debate está
976 parecendo uma manobra. Luciana discordou e explicou sua posição. Ela questionou os
977 assessores técnicos, citou que o Danilo inseriu no chat trechos do regimento interno sobre
978 a possibilidade de criação de um GT de investigação ou GT de fiscalização. Danilo esclareceu
979 que a atribuição do Conselho. Ele deu o parecer de que o Conselho não tem a capacidade
980 de investigação e que a ideia de criação do grupo de trabalho dentro do Conselho seria de
981 fiscalização. Finalizou mencionando as atribuições do Conselho, trazidas pela conselheira
982 Soraya. Esta conselheira apoiou o assessor Danilo. Leonardo parabenizou Luciana por ter
983 levantado a questão de que não é manobra e por isso a importância da leitura das atas, e
984 resgatou sua aprovação. Diante disso, foi reiniciada a votação para a criação do grupo de
985 trabalho de fiscalização. A favor: Alan, Ana, Caetano, Deivid, Dheferson, Eder, Gilmara,
986 Giovanni Cosenza, Rosane, Harrison, Hécio, Joaquim, Leonardo, Norbert, Pedro, Rafael,
987 Silvio, Solange Batigliana e Soraya. Contra: Laércio. Abstenções: Elietti e Mariana. Sendo
988 criado um grupo de trabalho, paritário, com intuito de fiscalização quanto as denúncias
989 relacionadas a aplicação dos recursos destinados ao estado do Paraná, por meio do Fundo
990 Estadual de Cultura, ano de 2020. Elietti destacou a necessidade de eleger membros,
991 sendo: 1- Hécio Luiz Wendler Kovaleski; 2- Laércio Lopes de Araújo; 3- Mariana Souza
992 Bernal; 4- Norbert Heinz; 5- Pedro Augusto Pereira Gonçalves; 6- Solange Cristina Batigliana.
993 O próximo item a ser tratado foi eleições complementares do CONSEC. Danilo realizou a
994 informação sobre as eleições complementares, sendo uma atualização nas seguintes datas:
995 Período Geral: 20/04/2021 a 20/07/2021; Etapa Municipal e/ou Intermunicipal e Entidades
996 Culturais: 21/04/2021 a 21/05/2021; Envio da documentação para a SECC/SGC: até
997 26/05/2021; Inscrições dos candidatos: 17/05/2021 até 31/05/2021; Inscrição dos eleitores:
998 17/05/2021 até 07/06/2021; Votação Estadual (on-line): das 08:00hs de 21/06/2021 até
999 18h de 22/06/2021; Resultado final a partir do dia 23/06/2021. O conselheiro Hécio
1000 questionou se o calendário é definitivo e a possibilidade de disponibilização dessas datas
1001 aos conselheiros. Danilo respondeu que sim, a princípio essas datas são previstas e
1002 adequadas e justificou o motivo de serem alteradas. Ele destacou a importância da
1003 participação e solicitações de reuniões on-line, e disponibilizou as datas via chat. Luciana
1004 reforçou a participação da sociedade civil no Conselho, para preenchimento das vacâncias,
1005 apresentou o ofício recebido do Grupo Coragem que foi lido aos conselheiros pela Elietti,
1006 citou que já foi encaminhado via e-mail, bem como o ofício do SATED, que será realizada
1007 uma reunião extraordinária para tratar desse assunto, no próximo dia 20. Lembrou que
1008 quando a proposta de bolsa social foi apresentada no Conselho, houve o sentimento de
1009 entusiasmo e frustração por não conseguir disponibilizar juridicamente, enquanto a Lei Aldir
1010 Blanc foi executada. A ideia da bolsa não foi abandonada e frisou que havia no grupo o
1011 intuito de encontrar alternativas para alcançar os objetivos. Luciana citou que há uma
1012 proposta a ser apresentada na próxima semana que terá abrangência e impacto econômico

1013 na forma similar do que seria a bolsa social, que existe um clamor da sociedade civil, e
1014 pontuou caso algum conselheiro tenha uma pauta, fica a critério para envio. Elietti
1015 questionou como seriam tratados os assuntos não discutidos na presente reunião.
1016 Leonardo sugeriu que se for prorrogada a Lei Aldir Blanc, a verba seja realizada em um
1017 único montante e a possibilidade de aproveitar o processo do CONSECO para preenchimento
1018 das cadeiras que estão vacantes no CPROFICE. Elietti parabenizou a organização dessa
1019 reunião e sugeriu que haja mais integração e espaço de fala nas próximas reuniões. Ela
1020 informou que já está em curso e Danilo pontuou que são realidade e fundamentos jurídicos
1021 diferentes e Luciana informou que nunca houve o cerceamento de fala e reforçou que
1022 ainda não há uma regulamentação ou direcionamento ainda. O próximo tema da pauta foi
1023 a apresentação da plataforma de streaming PR Cultural, realizada pela coordenadora de
1024 Comunicação Dani Brito e pelo assessor técnico Luiz Gustavo Vilela Teixeira. Luciana
1025 parabenizou a todos os envolvidos na criação da plataforma, informou que ainda será
1026 realizado um lançamento da plataforma e solicitou aos conselheiros que acessem e caso
1027 tenham sugestões de alterações, informem. A seguir concedeu a fala ao conselheiro Eder,
1028 que convidou a todos para participar das aulas abertas do DANCEP, fornecidas em formato
1029 on-line, realizadas de maneira simples, bastando apenas acessar o site e escolher a aula.
1030 Eder compartilhou o desejo para que chegue a todas as escolas públicas do Paraná e pediu
1031 ao Conselho se existe algum tipo de dança produzido no interior de uma escola pública,
1032 realizado por professores, professoras e estudantes para que acessem o link e se inscrevam.
1033 Hércio realizou um registro da maneira conduzida pela reunião, parabenizando-a, sem
1034 haver o acerto de fala, e lembrou uma passagem do conselheiro Fernando Durante,
1035 sobre o comentário da música Tocando em frente: o trecho massas e maçãs não tem
1036 sentido na música, apenas para rimar. Isso o representava. Ele citou uma petição para
1037 transformar o nome do Cine Teatro Ópera e homenagear o conselheiro e solicitou aplausos
1038 aos homenageados. Luciana agradeceu a excelente reunião. Sem nada mais a tratar, a
1039 reunião foi encerrada e secretariada por mim, Franciele dos Santos Bernabé Fernandes, que
1040 relatei esta ata que segue assinada por mim e pelos seguintes conselheiros.

Curitiba, 13 de abril de 2021.



Franciele dos Santos Bernabé Fernandes
Secretária Executiva do CONSEC – SECC/PR

Allan Rogerio Gaitarosso
Macrorregião Noroeste

Anna Paula Zetola
FIEP/PR

Caetano Pires Tossulino
Manifestação Populares, Tradicionais e
Étnicas da Cultura

Dheferson dos Santos Ferreira
Macrorregião Oeste

Deivid Carlos Lima
Literatura

Eder Fernando Nascimento
SEED/PR

Elietti de Souza Vilela
Secretária-Geral do CONSEC – SECC/PR

Giovanni Amaral Cosenza
Teatro

Giovanni Comodo
Audiovisual

Gilmara Gastaldon Piantá
Macrorregião Litoral

Harrison Camargo
Macrorregião Litoral

Hélcio Luiz Wendler Kovaleski
Macrorregião Campos Gerais

James Rios de Oliveira Santos
Universidades Estaduais do Paraná

João Evaristo Debiasi
Presidente do CONSEC e Secretário da
Secretaria da Comunicação Social e da Cultura

Joaquim Rodrigues da Costa
Macrorregião Oeste

Laércio Lopes de Araújo
SEFA/PR

Leonardo Franceschi Ferreira
Música

Luciana Casagrande Pereira Ferreira
Superintendente da Secretária de Comunicação
Social e da Cultura

Mariana de Souza Bernal
CAC/SECC/PR

Maristela Massaro Carrara Bruneri
SESC/PR

Norbert Heinz
Macrorregião Centro-Sul

Paulo Roberto de Oliveira Reis
Universidades Federais do Paraná

Pedro Augusto Pereira Gonçalves
Macrorregião Curitiba e Região Metropolitana

Rafael Torrente
Macrorregião Noroeste

Rosane Kaminski
Audiovisual

Silvio Kurzlop
Macrorregião Curitiba e Região Metropolitana

Solange Cristina Batigliana
Patrimônio Cultural

Soraya Lucas do Amaral
Macrorregião Nordeste

Thatianne Andrea da Silva
Audiovisual



ePROTOCOLO



Documento: **02130420212ReuniaoOrdinariadoCONSEC.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Luciana Casagrande Pereira Ferreira** em 30/06/2021 22:29, **Dheferson dos Santos Ferreira** em 06/07/2021 15:11, **Elietti de Souza Vilela** em 09/07/2021 12:53.

Assinatura Simples realizada por: **Franciele dos Santos Bernabé** em 21/06/2021 14:43, **Gilmara Gastaldon Pianta** em 21/06/2021 15:03, **Anna Paula Zetola** em 21/06/2021 15:18, **Caetano Pires Tossulino** em 21/06/2021 15:21, **Andre Avelino da Silva** em 21/06/2021 15:44, **Joaquim Rodrigues da Costa** em 21/06/2021 15:53, **João Evaristo Debiasi** em 21/06/2021 15:57, **Mariana Souza Bernal** em 21/06/2021 17:02, **Rosane Kaminski** em 21/06/2021 17:34, **Laercio Lopes de Araujo** em 22/06/2021 09:30, **Solange Cristina Batigliana** em 22/06/2021 09:56, **Eder Fernando do Nascimento** em 22/06/2021 11:41, **Danilo Peres Buss** em 22/06/2021 16:16, **Deivid Carlos Santos Lima** em 22/06/2021 16:24, **Paulo Roberto de Oliveira Reis** em 22/06/2021 18:42, **Giovanni Alencar Comodo** em 22/06/2021 22:56, **Harrison Moreira de Camargo** em 23/06/2021 10:08, **Thatianne Andrea da Silva** em 24/06/2021 10:12, **Pedro Augusto Pereira Goncalves** em 25/06/2021 11:20, **James Rios de Oliveira Santos** em 25/06/2021 14:41, **Maristela Massaro Carrara Bruneri** em 25/06/2021 18:05, **Silvio Kurzlop** em 28/06/2021 19:12, **Rafael Lucas Torrente** em 30/06/2021 16:52, **Soraya Amaral** em 01/07/2021 10:13, **Alan Rogério Gaitarosso** em 01/07/2021 10:31, **Norbert Padilha Heinz** em 06/07/2021 10:30, **Leonardo Franceschi Ferreira** em 13/07/2021 09:41.

Inserido ao protocolo **17.770.024-0** por: **Franciele dos Santos Bernabé** em: 21/06/2021 14:43.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:

<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
97dba1c0ac3480a3cffe470030a75871.